

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	4
5.5 - Alterações significativas	6
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	7

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	8
10.2 - Resultado operacional e financeiro	19
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	20
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	21
10.5 - Políticas contábeis críticas	23
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	26
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	27
10.8 - Plano de Negócios	28
10.9 - Outros fatores com influência relevante	29

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**5.1 Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, em relação aos riscos listados no item 4.1**

- a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia atualmente não possui uma política formal de gerenciamento de riscos, por entender que as práticas por ela adotadas são suficientes para lidar com os riscos a que está exposta.

- b. Os objetivos e estratégias, da política de gerenciamento de risco, quando houver, incluindo:**

- i. Os riscos para os quais se busca proteção**
- ii. Os instrumentos utilizados para proteção**
- iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de risco**

- c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Não aplicável, pois a Companhia não possui política formal de gerenciamento de riscos.

A Companhia não formalizou uma política de gerenciamento de riscos, por entender que as práticas por ela adotadas são suficientes para lidar com os riscos a que está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, em relação aos riscos listados no item 4.2**

- a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia atualmente não possui uma política formal de gerenciamento de riscos, por entender que as práticas por ela adotadas são suficientes para lidar com os riscos a que está exposta.

- b. Os objetivos e estratégias, da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

- i. os riscos para os quais se busca proteção**
- ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)**
- iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**
- iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**
- v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**
- vi. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos de mercado**

- c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Não aplicável, pois a Companhia não possui política formal de gerenciamento de riscos.

A Companhia não formalizou uma política de gerenciamento de riscos, por entender que as práticas por ela adotadas são suficientes para lidar com os riscos a que está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS

a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia acredita que o sistema de controles internos está estruturado para assegurar a efetividade das suas operações, de seus sistemas de informação e o cumprimento das normas aplicáveis. A efetividade do sistema é avaliada pelos auditores independentes como parte dos procedimentos de auditoria das demonstrações financeiras e por auditorias feitas diretamente pela área de controladoria, cujos relatórios contribuem para ações de melhoria contínua.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria Financeira, principal área responsável pelas demonstrações financeiras, conta com o suporte da Diretoria de Controladoria para sua elaboração, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis. A área de Controladoria é responsável pelo estabelecimento, revisão e manutenção das políticas e controles internos da Companhia, bem como pelo gerenciamento de riscos relevantes, incluindo os aspectos relacionados à preparação e revisão das demonstrações financeiras

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

As recomendações do relatório sobre deficiências de controles internos emitido pelos auditores independentes são discutidas com a Controladoria e a Presidência da Companhia.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os relatórios de comunicação de deficiências dos controles internos do nosso auditor independente com relação às nossas demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019, e 2018 não apontaram quaisquer deficiências ou recomendações significativas sobre os procedimentos e controles internos que utilizamos para elaboração de nossas demonstrações contábeis e que pudessem colocar em risco a efetividade e a continuidade dos seus negócios.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

O relatório sobre deficiências e aspectos contábeis emitido pelos auditores independentes não apontaram itens significativos, porém, a Administração está trabalhando para corrigir os pontos não significativos comentados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a. Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**
- i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.**
 - ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridades, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.**
 - iii. Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**
 - i. se aplica a todos diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**
 - ii. se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**
 - iii. as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**
 - iv. órgão que aprovou o código, a data de aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia não possui um código de ética ou de conduta formalmente aprovado. Atualmente a Companhia possui um termo de compromisso e confidencialidade, que foi assinado por todos os seus representantes comerciais e seus funcionários do seu escritório administrativo.

A Companhia está em fase de estudo para constituição de Regras e Procedimentos Anticorrupção.

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**
- i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
 - ii. se o canal está aberto para recebimento de denúncia de terceiros ou se recebe denúncias apenas de empregados**
 - iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**
 - iv. órgão emissor responsável pela apuração das denúncias**

A Companhia não possui canal de denúncia formal. A Companhia disponibiliza caixas de sugestões nas suas unidades.

- c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidade e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Não há.

- d. caso o emissor não possua regras, políticas ou práticas voltadas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles neste sentido.**

A Companhia não possui canal de denúncia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Não houve alterações significativa nos principais riscos em relação ao último exercício social, quando a Companhia identificou e/ou aprimorou a descrição de novos fatores de riscos aos quais está exposta, onde inclui os seguintes fatores de risco: consequências decorrentes dos efeitos da pandemia da Covid-19 no Brasil e no mundo; e adequações necessárias ao atendimento da Lei Geral de Proteção de Dados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e co**5.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito às suas aplicações financeiras e derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

Gestão de liquidez--Os valores dos passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto		
		Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos
Empréstimos e financiamentos	276.455	200.826	70.454	5.175
Fornecedores	42.625	42.625	-	-
Arrendamentos a pagar	970	928	42	-
Partes relacionadas	17.834	-	17.834	-
	-----	-----	-----	-----
	337.884	244.379	88.330	5.175
	=====	=====	=====	=====

Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	263.132	218.211
Caixa e equivalentes de caixa	(12.837)	(11.473)
Títulos e valores mobiliários	(1.894)	-
	-----	-----
Total da dívida líquida	248.401	206.738
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	283.293	288.242
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	531.694	494.980
	=====	=====

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo e seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para cobrir sua necessidade de recursos de curto e médio prazo.

Na tabela a seguir são apresentados alguns itens que melhor demonstram as condições financeiras e patrimoniais da Companhia:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Indicadores de liquidez			
Total do ativo circulante	266,7	264,1	277,1
Total do passivo circulante	263,3	194,2	224,7
<i>Índice de liquidez corrente</i>	<i>1,0</i>	<i>1,4</i>	<i>1,2</i>
Total do ativo circulante + realizável a longo prazo	468,8	431,5	455,8
Total do passivo circulante + passivo não circulante	366,3	309,4	351,7
<i>Índice de liquidez geral</i>	<i>1,3</i>	<i>1,4</i>	<i>1,3</i>
Indicadores de endividamento			
Total da dívida líquida	248,4	206,7	282,1
Patrimônio líquido	283,3	288,2	277,6
<i>Índice de endividamento</i>	<i>88%</i>	<i>72%</i>	<i>102%</i>

Em 31 de dezembro de 2020, a liquidez corrente da Companhia foi de 1,0x, representada pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, superior ao valor em 31 de dezembro de 2019, impactada pelo aumento do endividamento.

A liquidez geral, medida pela divisão da soma do ativo circulante e do realizável a longo prazo pelo passivo total da Companhia, foi de 1,3x em 31 de dezembro de 2019, ante ao valor de 1,4x obtido em 31 de dezembro de 2019.

O saldo do endividamento líquido era de R\$ 248,4 milhões e representava 88% do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2020. O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 12,8 milhões no final do exercício de 2019, com ampliação de 11,9% em relação aos R\$ 11,5 milhões, em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, a liquidez corrente da Companhia foi de 1,4x, representada pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, superior ao valor em 31 de dezembro de 2018.

A liquidez geral, medida pela divisão da soma do ativo circulante e do realizável a longo prazo pelo passivo total da Companhia, foi de 1,4x em 31 de dezembro de 2019, ante ao valor de 1,3x obtido em 31 de dezembro de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo do endividamento líquido era de R\$ 206,7 milhões e representava 72% do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2019. O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 11,5 milhões no final do exercício de 2019, com ampliação de 150,4% em relação aos R\$ 4,6 milhões, em 31 de dezembro de 2018.

b. Estrutura de capital

A tabela a seguir apresenta a descrição da estrutura de capital referente aos três últimos exercícios sociais:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de					
	2020	AV (%)	2019	AV (%)	2018	AV (%)
Capital de terceiros - circulante	263,3	40,5%	194,2	32,5%	224,7	35,7%
Capital de terceiros – não circulante	103,1	15,9%	115,2	19,3%	127,0	20,2%
<i>Capital de terceiros – Total</i>	<i>366,3</i>	<i>56,4%</i>	<i>309,4</i>	<i>51,8%</i>	<i>351,7</i>	<i>55,9%</i>
Capital próprio – Patrimônio Líquido	283,3	43,6%	288,2	48,2%	277,6	44,1%
Total	649,6	100,0%	597,6	100,0%	629,3	100,0%

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2020, a sua estrutura de capital era 43,6% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 56,4% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019, a sua estrutura de capital era 48,2% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 51,8% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018, a sua estrutura de capital era 44,1% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 55,9% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

Não houve modificação na estrutura societária da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem cumprido todas as suas obrigações referentes a seus compromissos financeiros, até a data deste documento, bem como mantido a assiduidade dos pagamentos desses compromissos.

A Diretoria entende que o nível de liquidez da Companhia, associada à sua geração de caixa operacional, é compatível com seus investimentos, despesas, serviços das dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido da Companhia referente aos três últimos exercícios sociais:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	263,1	218,2	286,7
Debêntures	-	-	-
<i>Total da Dívida</i>	<i>263,1</i>	<i>218,2</i>	<i>286,7</i>
Caixa e equivalentes de caixa	(12,8)	(11,5)	(4,6)
Títulos e valores mobiliários	(1,9)	-	-
Instrumentos financeiros	-	-	-
Total do (caixa) dívida líquida	248,4	206,7	282,1

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Os investimentos da Companhia em ativos não-circulantes e capital de giro são financiados por sua própria geração de caixa operacional e por capital de terceiros, mediante a contratação de novos empréstimos e/ou a emissão de títulos e valores mobiliários representativos de dívida.

Em 2020, a Companhia obteve financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de garantir liquidez no cenário de incerteza da pandemia do Covid-19.

Em 2019, a Companhia obteve financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de alongar seu perfil da dívida.

Em 2018, a Companhia obteve financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de alongar seu perfil da dívida.

A tabela a seguir apresenta as fontes de financiamento da Companhia referente aos três últimos exercícios sociais:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos - Total	263,1	218,2	286,7
Circulante	189,8	128,8	173,9
Não circulante	73,3	89,4	112,8

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 2021, a Companhia pretende contratar novos financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de alongar seu perfil da dívida.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes**

A seguir, apresentamos a posição dos empréstimos e financiamentos da Companhia, com instituições financeiras, no final dos últimos três exercícios sociais:

Em R\$ mil		Taxa anual de	Em 31 de dezembro de		
	Moeda	juros - %	2020	2019	2018
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A.	R\$	127,5 do CDI / 2,5 a 7,3	57.729	65.164	93.672
Banco Votorantim S.A.	R\$	3,5	-	-	54
Banco Bradesco S.A.	R\$	4,5	-	-	140
BDMG	R\$	7,3 + CDI	-	-	9.032
Banco Fibra	R\$	7,0 + CDI / 15,8	15.870	5.168	30.164
Banco ABC Brasil S.A.	R\$	3,9 e 4,3 + CDI	73.985	81.838	89.378
Banco Pine	R\$	7,8 a 8,3 + CDI	5.685	11.736	15.063

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Caixa Econômica Federal	R\$	166,3 do CDI	12.885	21.843	-
Banco Safra S.A.	R\$	6,8 e 7,4 + CDI	15.040	7.984	12.581
Banco Sofisa S.A. - CCB	R\$	6,7 + CDI	10.056	-	-
Banco BOCOM BBM - CCB	R\$	7,0 + CDI	10.123	-	-
Outros			1.253	6.192	
			202.626	199.925	250.084
Moeda estrangeira:					
Banco Safra S.A.	US\$	5,7	16.410	7.328	19.858
Banco Industrial do Brasil S.A.	US\$	7,9 e 8,0	-	10.958	3.921
ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A.	US\$	8,0	44.096	-	-
Banco Itaú Unibanco S.A.	US\$	7,5	-	-	12.821
			60.506	18.286	36.600
Total			263.132	218.211	286.684
Circulante			189.822	128.825	173.856
Não circulante			73.310	89.386	112.828

Os empréstimos são garantidos por garantias bancárias e aval no montante de R\$ 263,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, R\$ 218,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, e R\$ 266,2 milhões em 31 de dezembro de 2018.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação definida entre os passivos da companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, do total de R\$ 263,1 milhões de endividamento, dos quais R\$ 262,3 milhões são classificados como quirografários e R\$ 0,9 milhão possuem garantia real.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Não há restrição imposta ao emissor, Companhia Tecidos Santanense.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui contratos que estabeleçam limites para sua utilização.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

De acordo com as políticas contábeis em vigor adotadas no Brasil, a receita reportada na demonstração do resultado deve incluir somente os ingressos brutos dos benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia, quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado – não geram benefícios para a Companhia e não resultam em aumento do patrimônio líquido e, portanto, são excluídos da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

receita. Desta forma, os comentários abaixo relativos às variações entre os resultados dos últimos três exercícios são referentes somente à receita líquida, e não à receita bruta.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Em R\$ milhões	2020	AV (%)	AH (%)	2019	AV (%)	AH (%)	2018	AV (%)	AH (%)
Receita operacional líquida	473,3	100,0%	2,5%	461,5	100,0%	5,5%	437,4	100,0%	4,5%
Custo dos produtos vendidos	(399,7)	(84,4%)	9,5%	(364,9)	(79,1%)	8,6%	(336,0)	(76,8%)	2,9%
Lucro bruto	73,6	15,6%	(23,8%)	96,6	20,9%	(4,8%)	101,5	23,2%	10,0%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(60,9)	(12,9%)	(2,6%)	(62,5)	(13,5%)	3,1%	(60,6)	(13,9%)	7,2%
Despesas com vendas	(37,1)	(7,8%)	(1,6%)	(37,8)	(8,2%)	4,8%	(36,0)	(8,2%)	7,9%
Despesas gerais e administrativas	(23,7)	(5,0%)	(4,1%)	(24,8)	(5,4%)	0,6%	(24,6)	(5,6%)	6,1%
Recuperação de impostos	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	(100,0%)	82,2	18,8%	n.a.
Outras, líquidas	0,8	0,2%	33,3%	0,6	0,1%	n.a.	(2,8)	(0,6%)	n.a.
Resultado operacional	13,5	2,9%	(60,9%)	34,7	7,5%	(71,2%)	120,2	27,5%	230,7%
Resultado financeiro	(23,3)	(4,9%)	(8,0%)	(25,3)	(5,5%)	41,9%	(17,8)	(4,1%)	17,5%
Resultado antes dos impostos	(9,7)	-2,1%	n.a.	9,4	2,0%	(90,8%)	102,4	23,4%	383,0%
IR e CSSL	6,0	1,3%	n.a.	1,2	0,3%	n.a.	(30,6)	(7,0%)	n.a.
Lucro (Prejuízo) Líquido	(3,8)	-0,8%	n.a.	10,6	2,3%	(85,2%)	71,8	16,4%	259,9%

(1) Análise vertical, que consiste em percentual sobre o total de receita líquida de vendas e serviços.

(2) Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre o exercício social indicado e o anterior.

Resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Receita Líquida de Vendas e Serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 473,3 milhões. Em relação ao exercício de 2019, houve aumento de R\$ 11,8 milhões, ou 2,5%.

Custos dos produtos vendidos e despesas gerais e administrativas

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 399,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, com aumento de 9,5% em relação aos R\$ 364,9 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e representando 84,4% da receita líquida em 2020, ante 79,1% da receita líquida em 2019.

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) somaram R\$ 60,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, equivalentes a 12,9% da receita líquida, contra 13,5% no ano anterior.

Outras (Despesas) e Receitas Operacionais Líquidas

Outras receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 somaram R\$ 0,8 milhão, ante receitas de R\$ 0,6 milhão registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com variação de R\$ 0,2 milhão.

Lucro Bruto e Resultado Operacional

O lucro bruto totalizou R\$ 73,6 milhões em 2020, com margem bruta de 15,6%. Houve redução do lucro bruto de 23,8%, devido ao aumento dos custos ser superior ao da receita.

O resultado operacional passou de R\$ 34,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 13,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, decréscimo de R\$ 21,2 milhões, devido, principalmente, aos maiores custos de produção.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida passou de R\$ 25,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 23,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$ 2,0 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social totalizou valor positivo de R\$ 6,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, ante valor positivo de R\$ 1,2 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Lucro (prejuízo) do exercício

O prejuízo líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 alcançou R\$ 3,8 milhões, ante lucro líquido de R\$ 10,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, redução de R\$ 14,4 milhões.

Resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Receita Líquida de Vendas e Serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 461,5 milhões. Em relação ao exercício de 2018, houve aumento de R\$ 24,1 milhões, ou 5,5%.

Custos dos produtos vendidos e despesas gerais e administrativas

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 364,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, com aumento de 8,6% em relação aos R\$ 336,0 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e representando 79,1% da receita líquida em 2019, ante 76,8% da receita líquida em 2018.

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) somaram R\$ 62,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, equivalentes a 13,5% da receita líquida, contra 13,9% no ano anterior.

Recuperação de impostos

Não houve reconhecimento de recuperação de impostos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, enquanto a Companhia foram registrados R\$ 82,2 milhões em recuperação de impostos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Outras (Despesas) e Receitas Operacionais Líquidas

Outras receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 somaram R\$ 0,6 milhão, ante despesas de R\$ 2,8 milhão registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com variação de R\$ 3,4 milhões.

Lucro Bruto e Resultado Operacional

O lucro bruto totalizou R\$ 96,6 milhões em 2019, com margem bruta de 20,9%. Houve redução do lucro bruto de 4,8%, devido ao aumento dos custos ser superior ao da receita.

O resultado operacional passou de R\$ 120,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 34,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, decréscimo de R\$ 85,6 milhões, devido, principalmente, à recuperação de impostos.

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida passou de R\$ 17,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 25,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 7,5 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social totalizou valor positivo de R\$ 1,2 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, ante R\$ 30,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro (prejuízo) do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 alcançou R\$ 10,6 milhões, ante lucro líquido de R\$ 71,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, redução de R\$ 61,2 milhões, que é explicado pela recuperação de impostos reconhecida no exercício social de 2018.

Resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Receita Líquida de Vendas e Serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 437,4 milhões. Em relação ao exercício de 2017, houve aumento de R\$ 18,9 milhões, ou 4,5%.

Custos dos produtos vendidos e despesas gerais e administrativas

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 336,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, com aumento de 2,9% em relação aos R\$ 326,3 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e representando 76,8% da receita líquida em 2018, ante 78,0% da receita líquida em 2017.

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) somaram R\$ 60,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, equivalentes a 13,9% da receita líquida, contra 13,5% no ano anterior.

Recuperação de impostos

A Companhia reconheceu receita, no valor de R\$ 82,2 milhões, referente à exclusão do ICMS da sua base de cálculo de PIS e COFINS relativo ao período de outubro de 2001 a julho de 2017, devido ao êxito em ação judicial ocorrida em maio de 2018. A Companhia pretende utilizar estes créditos fiscais para fins de compensação de PIS e COFINS, ao longo dos próximos trimestres.

Outras (Despesas) e Receitas Operacionais Líquidas

Outras despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 somaram R\$ 2,8 milhões, ante receitas de R\$ 0,7 milhão registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com variação de R\$ 3,5 milhões.

Lucro Bruto e Resultado Operacional

O lucro bruto totalizou R\$ 101,5 milhões em 2018, com margem bruta de 23,2%. Houve ampliação do lucro bruto de 10,0%, devido ao aumento da receita e pelo crescimento de 1,2 p.p. da margem bruta.

O resultado operacional passou de R\$ 36,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 120,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, incremento de R\$ 83,9 milhões. A ampliação deve-se, principalmente, à recuperação de impostos.

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida passou de R\$ 15,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 17,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$ 2,7 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$ 30,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, ante R\$ 1,3 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Lucro (prejuízo) do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 alcançou R\$ 71,8 milhões, ante lucro líquido de R\$ 19,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, incremento de R\$ 51,8 milhões, que é explicado pela recuperação de impostos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL*

Em R\$ milhões	2020	AV (%)	AH (%)	2019	AV (%)	AH (%)	2018	AV (%)	AH (%)
Ativo									
Ativo circulante	266,7	41,1%	1,0%	264,1	44,2%	(4,7%)	277,1	44,0%	39,4%
Caixa e equivalentes de caixa	12,8	2,0%	11,9%	11,5	1,9%	150,4%	4,6	0,7%	-62,7%
Duplicatas a receber	114,9	17,7%	(1,6%)	116,8	19,5%	2,8%	113,6	18,0%	11,8%
Estoque	100,3	15,4%	(13,9%)	116,5	19,5%	(2,1%)	119,0	18,9%	68,1%
Adiantamento a fornecedores	27,9	4,3%	112,4%	13,1	2,2%	44,1%	9,1	1,4%	1254,3%
Impostos a recuperar	8,8	1,3%	118,3%	4,0	0,7%	(18,9%)	5,0	0,8%	578,9%
Outros créditos a receber	2,0	0,3%	(6,4%)	2,2	0,4%	(91,7%)	25,9	4,1%	125,5%
Ativo não circulante	382,9	58,9%	14,8%	333,6	55,8%	(5,3%)	352,2	56,0%	48,5%
Realizável a Longo Prazo	202,1	31,1%	20,6%	167,5	28,0%	(6,3%)	178,7	28,4%	98,3%
Títulos de valores mobiliários	1,9	0,3%	n.a.	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Partes relacionadas	77,8	12,0%	117,0%	35,9	6,0%	155,6%	14,0	2,2%	-61,0%
Adiantamento a fornecedores	32,0	4,9%	5,3%	30,4	5,1%	n.a.	42,4	6,7%	n.a.
Impostos a recuperar	83,3	12,8%	(15,0%)	98,0	16,4%	(4,3%)	102,4	16,3%	474,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1,4	0,2%	n.a.	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	-100,0%
Depósitos judiciais	5,6	0,9%	76,8%	3,2	0,5%	(61,4%)	8,3	1,3%	(1,7%)
Outros	-	0,0%	(100,0%)	0,0	0,0%	(99,8%)	11,6	1,8%	92,1%
Permanente	180,8	27,8%	8,9%	166,1	27,8%	(4,3%)	173,5	27,6%	18,0%
Propriedades para investimento	36,1	5,6%	0,1%	36,1	6,0%	(3,9%)	37,5	6,0%	n.a.
Outros investimentos	1,7	0,3%	0,0%	1,7	0,3%	0,0%	1,7	0,3%	(2,2%)
Imobilizado	142,1	21,9%	12,0%	126,9	21,2%	(5,4%)	134,2	21,3%	(7,6%)
Direito de uso	0,9	0,1%	(37,2%)	1,4	0,2%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Intangível	0,0	0,0%	(16,7%)	0,0	0,0%	(14,3%)	0,0	0,0%	(22,2%)
Total dos ativos	649,6	100,0%	8,7%	597,6	100,0%	-5,0%	629,3	100,0%	44,3%

Saldo em 31 de Dezembro de 2020 comparado com o saldo em 31 de Dezembro de 2019*Ativo Circulante*

O ativo circulante passou de R\$ 264,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 266,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$ 2,7 milhões, ou 1,0%, devido, principalmente, à redução de estoques, de R\$ 16,2 milhões, mais que compensados pelo aumento de adiantamento a fornecedores, de R\$ 14,7 milhões e de impostos a recuperar, de R\$ 4,8 milhões.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante passou de R\$ 333,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 382,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$ 49,3 milhões, ou 14,8%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Realizável a Longo Prazo

O ativo realizável a longo passou de R\$ 167,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 202,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, um acréscimo de R\$ 34,6 milhões, ou 20,6%, devido, principalmente, ao acréscimo de R\$ 42,0 milhões em Partes relacionadas, parcialmente compensados pela redução de R\$ 14,7 milhões em Impostos a recuperar.

Propriedades para investimento

Propriedades para investimento manteve o mesmo valor de R\$ 36,1 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Imobilizado

O ativo imobilizado passou de R\$ 126,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 142,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, um incremento de R\$ 15,2 milhões, ou 12,0%.

Passivo Circulante

O passivo circulante passou de R\$ 194,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 263,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, um acréscimo de R\$ 69,1 milhões, ou 35,6%, decorrente, principalmente, do:

- Aumento de R\$ 61,0 milhões no saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo; e
- aumento de R\$ 5,2 milhões, no saldo de outras contas a pagas.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante passou de R\$ 115,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 103,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, decorrente do redução de R\$ 16,1 milhões no saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo, parcialmente compensado pelo aumento de R\$ 5,4 milhões no saldo de Partes relacionadas.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido passou de R\$ 288,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 283,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, um decréscimo de R\$ 4,9 milhões, ou 1,7%, devido à redução de R\$ 35,0 milhões na conta Reserva de lucros, parcialmente compensado pelo aumento de R\$ 30,0 milhões do capital realizado.

Saldo em 31 de Dezembro de 2019 comparado com o saldo em 31 de Dezembro de 2018

Ativo Circulante

O ativo circulante passou de R\$ 277,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 264,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de R\$ 13,1 milhões, ou 4,7%, devido, principalmente, à redução de outros créditos, de R\$ 23,8 milhões, parcialmente compensado pelo aumento de caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 6,9 milhões e de adiantamento de fornecedores, de R\$ 4,0 milhões.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante passou de R\$ 352,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 333,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de R\$ 18,6 milhões, ou 5,3%.

Realizável a Longo Prazo

O ativo realizável a longo passou de R\$ 178,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 167,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, um decréscimo de R\$ 11,2 milhões, ou 6,3%, devido, principalmente, ao acréscimo de R\$ 21,8 milhões em Partes relacionadas, mais que compensados pela redução de R\$ 12,0 milhões em adiantamento a fornecedores, de R\$ 11,6 milhões em Outros, de R\$ 5,1 milhões em Depósitos judiciais, e de R\$ 4,4 milhões em Impostos a recuperar.

Propriedades para investimento

Propriedades para investimento passou de R\$ 37,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 36,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de R\$ 1,5 milhões, ou 3,9%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imobilizado

O ativo imobilizado passou de R\$ 134,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 126,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de R\$ 7,3 milhões, ou 5,4%, refletindo depreciação contábil.

Passivo Circulante

O passivo circulante passou de R\$ 224,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 194,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de R\$ 30,5 milhões, ou 13,6%, decorrente, principalmente, do:

- Redução de R\$ 45,0 milhões no saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo;
- aumento de R\$ 24,9 milhões, no saldo de fornecedores; e
- redução de R\$ 12,4 milhões, no saldo de dividendos a pagar.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante passou de R\$ 127,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 115,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, decorrente do redução de R\$ 23,4 milhões no saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo, parcialmente compensado pelo aumento de R\$ 12,4 milhões no saldo de Partes relacionadas.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido passou de R\$ 277,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 288,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, um acréscimo de R\$ 10,6 milhões, ou 3,8%, devido ao aumento de R\$ 12,0 milhões na conta Reserva de lucros.

ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA

Em R\$ milhões	2020	2019	2018
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	16,7	59,3	(111,2)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(48,1)	21,1	23,1
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	32,7	(73,6)	77,9
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	1,4	6,9	(10,2)

Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2020 vs 2019

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o caixa gerado nas atividades operacionais foi de R\$ 16,7 milhões, com variação de R\$ 42,6 milhões, em relação aos R\$ 59,3 milhões gerados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, devido, principalmente, ao menor resultado líquido e às variações das contas de fornecedores, duplicatas a receber e outras contas de ativos e passivos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o caixa aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 48,1 milhões, ante os R\$ 21,1 milhões gerados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, devido à aquisição de ativo imobilizado e a empréstimos com partes relacionadas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o caixa gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$ 32,7 milhões, ante os R\$ 73,6 milhões gerados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, com maior ingresso de novos empréstimos em relação à liquidação de empréstimos.

Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2019 vs 2018

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa gerado nas atividades operacionais foi de R\$ 59,3 milhões, com variação de R\$ 170,5 milhões, em relação aos R\$ 111,2 milhões aplicados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, devido, principalmente, às variações das constas de adiantamento a fornecedores, estoques, impostos a recuperar e outras contas de ativos e passivos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa gerado pelas atividades de investimento foi de R\$ 21,1 milhões, em linha com os R\$ 23,1 milhões gerados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa aplicado pelas atividades de financiamento foi de R\$ 73,6 milhões, R\$ 151,5 milhões acima dos R\$ 77,9 milhões gerados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, com maior liquidação de empréstimos em relação aos nossos empréstimos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

As receitas da Companhia nos anos de 2018, 2019, e 2020 decorrem basicamente de vendas de produtos de sua fabricação, tecidos de brim e índigo.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Não aplicável

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia têm correlação direta com variações de preço e volumes dos produtos vendidos aos seus clientes. Quanto à inflação, sua correlação com a receita da Companhia é indireta, na medida em que os reajustes de preços dependem da demanda, dos preços de concorrentes, que incluem produtos importados.

A taxa de câmbio influencia indiretamente na receita à medida que influi na competitividade dos produtos produzidos no Brasil, no mercado local, estabelecendo a participação de produtos importados.

Nos últimos três exercícios sociais, não houve impacto significativo nas receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os preços dos principais insumos de produção da Companhia tais como, algodão, poliéster e produtos químicos, são impactados pelo câmbio e pelos preços no mercado mundial.

O resultado financeiro é impactado pela taxa de juros, uma vez que a maioria da sua dívida é denominada em Reais e com taxa de juros flutuantes.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS*****a. Introdução ou alienação de segmento operacional***

A Companhia não realizou nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais de 2018, 2019, e 2020.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve aquisição ou alienação de participação societária nos exercícios sociais de 2018, 2019, e 2020.

c. Eventos ou operações não usuais

A Companhia não realizou operações não usuais nos exercícios sociais de 2018, 2019, e 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 Os diretores devem comentar****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**2020

No exercício de 2020 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

2019

No exercício de 2019 não houve mudança significativa nas práticas contábeis, exceto pela adoção do IFRS 16.

2018

No exercício de 2018 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis2020

No exercício de 2020 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

2019

No exercício de 2019 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

2018

No exercício de 2018 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor2020

No exercício de 2020 não houve ressalva no parecer

2019

No exercício de 2019 não houve ressalva no parecer

2018

O relatório dos auditores independentes contempla uma ressalva sobre o reconhecimento de ativos no montante de R\$ 82,2 milhões, referente a créditos do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, resultante de ação judicial que discute a exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, movida pela Companhia, e que transitou em julgado após o encerramento do exercício de 2018.

A Administração da Companhia discorda dessa opinião.

A Companhia, suportada pelo posicionamento dos seus assessores técnicos e jurídicos, entendeu que os créditos tributários em questão passaram a representar um ativo efetivo e praticamente certo nos termos do Pronunciamento Conceitual Básico (R1) para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e do

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, deixando de ser um ativo contingente já em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 *Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.*

As políticas contábeis critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com julgamento da Administração, são:

a) Estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros

Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros -Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

b) Seleção da vida útil do ativo imobilizado

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Imobilizado - Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Usina hidroelétrica (Pequena Central Hidroelétrica)	25 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 15 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

c) Estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros

Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros - Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com estes ativos, reconhecidas em outros períodos, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

d) Valor justo de propriedades para investimento

Propriedades para investimento - São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do exercício.

A Companhia obteve avaliações efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis.

e) Provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões diversas - São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

f) Provisões para impostos sobre a renda

Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para a controlada sediada no exterior, a alíquota de imposto é de 35%.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos)

Instrumentos financeiros - A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL"), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e ao custo amortizado.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR**

- a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)***

A Companhia não possui “off-balance sheet items”.

- b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras***

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.6**

- a. *Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor***

Não aplicável.

- b. *Natureza e propósito da operação***

Não aplicável.

- c. *Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação***

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8 PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR*****a. Investimentos******i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos***

Não foram planejados investimentos significativos no plano de negócios da Companhia.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Disponibilidades e expectativa de geração de caixa da própria operação.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não ocorreram aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há investimentos em novos produtos e serviços que podem influenciar materialmente o resultado da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARIAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO 10

Não existem outros fatores que influenciariam de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.